



Liberdade... ainda que tardia!

Pelas mãos e consciência do povo de Minas Gerais garimpamos a possibilidade da transformação do nosso futuro. O desejo da mudança em nossas vidas fertilizou nossa decisão moldada em condições mais humanas e socialmente justas.

Encerramos 2014 com o sentimento do dever cumprido, em plantar as sementes para uma nova História de maior construção, de fraternidade, igualdade e justiça nas expectativas de um povo inteiro.

Irmanados nos mesmos objetivos podemos brilhar intensamente e iluminar os caminhos de tantas conquistas reflexos de direitos essenciais ainda negados.

O nascer de um novo ano permite em cada um de nós o reconhecimento de que o sol nasce para todos, que as dádivas da natureza e do universos não podem ser reduzidos como uma fazenda cercada de arame.

Este espírito de solidariedade e unidade nutre os nossos dias de esperança... um novo tempo começa e nós todos com ele!

**Boas festas...
Feliz ano novo!**

DIRETORIA DO SINDÁGUA

Lutas coletivas e unidade da categoria

José Maria dos Santos – Presidente do SINDÁGUA

Não só os trabalhadores na Copasa, na Cemig, nos serviços públicos no Estado e todo o povo mineiro chegamos ao final de 2014 precisando não fazer o balanço de apenas um, mas de uma dúzia de anos para compreender a importância deste momento em que vivemos. Chegamos ao fim de um ciclo perverso de governos em Minas marcados pelo autoritarismo, que receitou na administração pública gestões anti-democráticas e que literalmente viraram as costas aos compromissos sociais.

Este período coincide exatamente com 12 anos em que o SINDÁGUA caminha na linha de uma unidade marcante na luta dos trabalhadores, enfrentando administrações na Copasa que cumpriam à risca a receita tucana para dilapidar a empresa, para massacrar os trabalhadores e abrir as portas para um processo escandaloso de terceirização.

Nosso balanço é o mesmo de muitos anos, numa luta ferrenha contra a intenção e medidas destes gestores, que forçaram greves históricas dos trabalhadores para defendermos os direitos da categoria e avançar em conquistas vitais para os trabalhadores. Foi contra este inimigo poderoso que a unidade dos trabalhadores mostrou o seu vigor para conquistarmos a Participação nos Lucros (PL) linear, levar a gratificação de férias para 90% da



remuneração (antes era calculada sobre o salário base), conquistar ganhos reais em todos os acordos coletivos, impedir decisões de um presidente autoritário que pretendia demitir todo trabalhador com 58 anos de idade, melhorias significativas nos benefícios conquistados com ganhos reais, agir com rigor pela defesa da própria empresa contra as medidas que sempre visavam o seu sucateamento.

Como dissemos, o balanço de 12 anos é ainda mais importante porque temos um novo governo eleito para Minas com propostas de recuperar os compromissos do Estado com as emergências sociais. A marca deste balanço de 12 anos e da transposição de

um período em que se apostou no “estado mínimo” foi e será a da “mudança”, expressa por todos os mineiros nas urnas em outubro.

O SINDÁGUA foi durante todo este tempo um instrumento de luta dos trabalhadores e também de apoio às causas sociais. Participamos ativamente de todos os movimentos por um Estado comprometido com as políticas públicas. Em nosso balanço deste momento, manifestamos toda a nossa confiança de trilharmos os caminhos para a “justiça social” e queremos reafirmar nosso compromisso de nos mantermos nesta luta sagrada pela cidadania com qualidade e com todos os nossos direitos respeitados.

SINDÁGUA convoca eleição da diretoria

Os trabalhadores sindicalizados estão convocados, a partir de 24 de dezembro, através de edital publicado no jornal Hoje em Dia, a participarem do processo eleitoral para a diretoria do SINDÁGUA. Ficam abertos dez dias corridos para inscrição de chapas de candidatos, prazo que se encerra no dia 5 de janeiro.

A votação em urnas acontecerá nos dias 23 a 27 de fevereiro, sendo que os trabalhadores de localidades no interior onde não haverá urnas instaladas receberão seu material eleitoral 30 dias antes para votação por correspondência, em envelopes já com selos pagos pelo Sindicato.

Todos os trabalhadores reconhecem a importância de termos um sindicato de luta e que defende os direitos da categoria quando são ameaçados, como fizemos, sobretudo neste longo período de governo tucano que implementou no



Estado o “golpe de gestão”.

O presidente do SINDÁGUA, José Maria Santos, lembra que “o Sindicato está se preparando para lutar pelos direitos diante de um governo eleito pelo Partido dos Trabalhadores, do qual esperamos a indicação de uma direção que resgate o compromisso social da Copasa com a universalização do saneamento e em prestar serviço com referência de qualidade. Para isto, os trabalhadores precisam também ser resgatados

de uma administração que sucumbiu à perspectiva de carreira dentro da empresa”. Diz que, independente de quem receba o aval da categoria, “este é o compromisso primeiro do Sindicato e dos eventuais companheiros que vierem a ser eleitos pelos trabalhadores para assumirem a gestão da entidade no início de 2015.

RESULTADOS DA GDI RECUPERAM GANHOS REAIS NOS SALÁRIOS

Mas áreas operacionais continuam prejudicadas nos resultados pelas empresas terceirizadas

No Acordo Coletivo de Trabalho 2014, depois de mais uma greve da categoria, os trabalhadores fincaram pé contra a aplicação do ganho real na GDI e preferiram retirar o desconto dos trabalhadores no tiquete restaurante. Conseguimos ainda uma medida que impediu o arrocho nos salários. A GDI caiu escandalosamente, prejudicando os trabalhadores e conseguimos nas negociações e no TRT-MG que nenhum trabalhador ganhasse menos de 70% da GDI plena de 16,5%, até o início do ano, de forma que a divulgação de novos índices contemplasse uma aferição mais realista das metas e reais condições de atingi-las.

A divulgação, na última semana, da nova GDI, para janeiro de 2015, alcança uma nova vitória na luta dos trabalhadores pelo salário justo. Os índices apurados melhoraram consideravelmente. A média Copasa saltou de 13,5% para 16,4%, uma evolução de 20,73%, ou seja, quase a GDI plena (16,5%). Das 56 localidades aferidas, 27 tiveram percentual de GDI acima de 16%. Na aferição anterior apenas 13 haviam superado este percentual.

Operacionais continuam prejudicados pelas empresas terceirizadas

Uma situação gritante ainda perdura, prejudicando os trabalhadores, os consumidores e a própria empresa. O "Distrito de Ibirité" teve uma evolução de 76,61%, passando de 6,7 para 11,88%. Contagem melhorou o índice em 38,98%, saindo de 9,73% para 13,59%. O "Distrito Oeste" caiu: - 7,06%, de 14,07%



para 13,03%. A "Superintendência Operacional de Belo Horizonte" registrou evolução de 50,85%, elevando de 9,69% para 14,62%. Qual o principal problema nas áreas operacionais? Respondemos em letras garrafais: AS EMPREITEIRAS! Continua acontecendo

uma verdadeira farra com as ordens de serviço, falta de conferência se os serviços foram efetuados, cobranças altas de serviços que poderiam ser realizados por trabalhadores que estão no pátio da empresa. As áreas operacionais vivem os reflexos do sucateamento implementado na dúzia de anos em que os tucanos sabotaram o desenvolvimento e a saúde estrutural e financeira da empresa para engordar os bolsos de acionistas.

Os baixos índices na GDI nas áreas operacionais refletem ainda uma perspectiva saturada de desenvolvimento de novas ligações e que poderiam ser melhor aferidas pela qualidade dos serviços e satisfação dos consumidores.

Continuamos a defender a incorporação da GDI plena (os 16,5%) nos salários, como é previsto no Acordo Coletivo para instituir a gratificação. Lembramos que a GDI representa o acumulo de percentuais de ganhos reais conquistados nos acordos coletivos e nada mais justo para melhorar o nível dos salários dentro da empresa, instituindo outro mecanismo de estímulo que não passe pelo nosso direito, que não pode sofrer o efeito ioiô sobre os salários da categoria.

Participantes aprovam novo Regulamento da Copass Saúde

Em assembleia realizada no auditório da Copasa na última quinta-feira, 18 de dezembro, os trabalhadores participantes da Copass Saúde aprovaram o "Regulamento" da nova modalidade de plano de saúde após o processo de fusão dos programas de alto e baixo

risco.

O novo plano de saúde começa a vigorar a partir de 1º de janeiro e todos nós devemos ter o compromisso de cobrar todas as condições para o pleno atendimento dos associados em todo o Estado.

STF decide que exposição a ruído permite aposentadoria especial

Decisão é de um caso, garante repercussão geral do direitos a todos os trabalhadores nas mesmas condições.

No último dia 4 de dezembro, o Supremo Tribunal Federal (STF) garantiu o direito de um trabalhador aposentadoria especial por exercer atividade exposto a ruído acima dos níveis tolerados. O STF negou recurso do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que alegava que o trabalhador em questão usava protetor auricular e que o operário não sofrera dano em sua audição. Os ministros do Supremo, em sua maioria, entenderam que para requerer a aposentadoria especial, basta ao trabalhador comprovar o trabalho em condições nocivas à sua saúde.

Entenda a lei e a decisão do STF

- Trabalhador comum, sem exposição a qualquer tipo de risco à saúde ou à segurança, aposenta-se com 35 anos de contribuição;



- Quem trabalha em ambiente com alto nível de ruído ou com equipamento muito barulhento aposenta-se com 25 anos de contribuições ao INSS;

- Apesar de os ministros esclarecerem que a comprovação de equipamento de proteção e proteção que elimine o risco à saúde não permite a aposentadoria especial, no julgamento foram apresentados estudos técnicos de que não existe no mercado equipamento que elimine

100% a exposição trabalhador aos ruídos. Foi alegado que um protetor auricular que proteja o ouvido não impede que outros órgãos do corpo sejam afetados pelas ondas sonoras.

- O tribunal decidiu também que o Perfil Profissiográfico Previdenciário (PPP), que descreve que o trabalhador utiliza o equipamento de proteção individual (EPI) não anula o direito à aposentadoria.

Trabalhadores em Foz de Jeceaba aprovam acordo coletivo 2014

Em assembleia realizada no último dia 11 de dezembro, os trabalhadores em Foz de Jeceaba aprovaram a proposta patronal para o Acordo Coletivo de Trabalho 2014. Os salários até R\$ 6.224,00 foram reajustados em 7% e, os superiores a este valor, em 6,59%. As diferenças salariais referentes aos meses de outubro e novembro de 2014 serão pagas, integralmente, na mesma data do pagamento do salário de dezembro de 2014.

Os trabalhadores, entre outros benefícios, garantiram ainda remuneração de horas extras em 50% em dias normais e de 100% em dias de repouso e feriados, um cartão alimentação com reajuste de

14,3% a partir de 1º de outubro, auxílio creche reajustado em 7%, beneficiando crianças até 48 meses de idade, jornada de 40 horas em horário administrativo, cesta natalina para todos os trabalhadores, kit material escolar para filhos entre 4 e 15 anos, presentes de natal para filhos entre 4 e 14 anos. A data base da categoria foi assegurada como o dia 1º de outubro.

COPANOR E ÁGUAS MINERAIS SEM ACORDO

Repetindo as mesmas dificuldades do último ano, as empresas Copanor e Águas Minerais apresentaram propostas muito aquém das reivindicações dos trabalhadores e as propostas foram rejeitadas em assembleias realizadas em 4 e 12 de dezembro.

As empresas ainda não sentaram com o Sindicato para continuar as negociações e os trabalhadores aguardam com ansiedade, lembrando do grande problema vivido em 2014, quando precisamos fazer greves muito longas nas duas empresas.